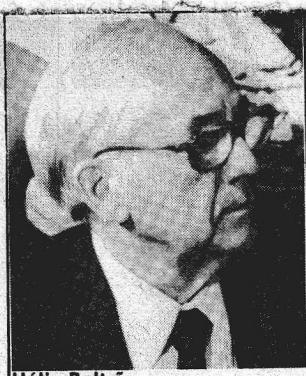


Pimenta Da Veiga



Hélio Beltrão



Nadir Rossetti

# 30 NOV 1985

# JORNAL DA TARDE

# Os empresários aprovaram as medidas do pacote. Mas querem resultados.

*Economia  
Brasil*

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luiz Eulálio de Bueno Vidal Filho, disse ontem, em Porto Alegre, que o pacote econômico é "um conjunto de medidas presumivelmente sérias" que deverá, efetivamente, surtir efeitos sobre o déficit público e a inflação. Contudo, ele criticou a "falta de coragem" do governo para dispensar 240 mil funcionários públicos que, segundo o ministro da Administração, Aloísio Alves, são ociosos. Sugeriu o fim dos privilégios fiscais hoje concedidos a alguns setores da sociedade, citando especificamente as insenções de Imposto de Renda para os integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário.

"O contribuinte está no limite", faleu. "Qualquer novo aumento de impostos seria um confisco, como foi o empréstimo compulsório que o governo instituiu dois anos atrás para cobrir o déficit público." De qualquer maneira, o empresário acredita que o pacote cumprirá seu objetivo básico, que é o "enxugamento" dos papéis do governo no mercado financeiro para reduzir seus efeitos sobre as taxas de juros e viabilizar uma queda na inflação a partir do ano que vem. Queda que, acrescentou, "não será drástica, porque a meta é uma redução lenta, talvez de uns 20% sobre o índice deste ano".

O presidente da Volkswagen, Wolfgang Sauer (foto), disse ontem no Rio que o pacote econômico baixado pelo governo "é muito positivo do ponto de vista da distribuição social da renda e, nos aspectos fiscais, o Estado deu uma definição clara para as companhias do setor privado. Resta saber que iniciativas serão tomadas para o setor estatal economizar e tornar-se mais produtivo".

Sauer fez essas afirmações pouco antes da homenagem que recebeu do encontro nacional dos traders pelo êxito da operação conjunta com a Interbrás e a Petrobrás em que a Volks vendeu ao Iraque e à Arábia Saudita um total de cem mil veículos em troca de um fornecimento de 25 mil barris/dia de petróleo. Segundo o empresário, "é uma ilusão pensar que o Estado pode cortar radicalmente suas despesas, que são sobretudo de pessoal. Mas o setor estatal pode fixar claramente seus gastos e economizar".

Para o presidente da Volks, as



medidas do pacote tributário, embora representem um peso a mais sobre as empresas, "são compreensíveis na medida em que o governo precisa cobrir o seu déficit. Mas o setor privado tem o direito de saber o que o setor estatal vai fazer com a sua parte. É isso que falta nesse pacote".

#### "Assalto"

"Foi o maior assalto da história do País", comentou, ontem, em Rio Brilhão Preto, o deputado Paulo Maluf (PDS-SP) sobre a alteração do critério de cálculo da inflação e correção salarial. "Roubaram o povo, hoje, em Cr\$ 8 trilhões, ou seja, quase um bilhão de dólares, só nas contas de poupança, sem contar o salário". É um processo de manipulação de dados, enfatizou Maluf, chegando à conclusão de uma perda de 50 a 60% ao ano, ao projetar a diferença do índice real da inflação de novembro, de 15 para 11,2%.

As montadoras de veículos, que se incluem entre as 3.800 empresas que terão de pagar mais impostos e antecipar o recolhimento do IPI, ainda preferem não comentar as medidas do pacote econômico enviado ao Congresso. Ontem, o presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), André Beer, informou que prefere se manifestar somente na próxima semana, quando o departamento econômico da entidade já tiver feito uma análise mais cuidadosa sobre os possíveis efeitos do pacote.

Entre os concessionários, no entanto, as medidas adotadas pela equipe econômica do governo foram elogiadas, e o presidente da Abrave (Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos), José Carlos Gomes de Carvalho, chegou a dizer que "o momento é de apoio ao governo e a pregação de eleições diretas já é uma imprudência e um desrespeito à Nação".

A única ressalva feita pelo pre-

sidente da Abrave foi com relação aos cortes das estatais: "Eu espera medidas mais austeras", disse.

#### Aposentados

Embora considerando que os cortes nos gastos públicos previstos pelo último pacote econômico do governo são "importantes" como uma "tentativa séria de reduzir o déficit e controlar a inflação", o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Paulo Vellinho, disse ontem, em Porto Alegre, que o governo tem muito a fazer além do que está no programa anunciado na quinta-feira pelo presidente José Sarney, e espera que a integra do documento conte com estas ações.

A primeira, explicou, diz respeito à dispensa ou aposentadoria dos 240 mil funcionários públicos que, segundo o ministro da Administração, Aloísio Alves, estão recebendo seus vencimentos na ociosidade. "Esta é uma exigência da sociedade", falou. Uma outra decisão importante, que ele chegou a sugerir ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, é que o governo federal "unifique as capitais do País". E esclareceu: "Hoje, o Brasil tem duas capitais. Uma oficial, que é Brasília, e outra paralela, que é o Rio. O próprio Ministério da Fazenda é um exemplo disto. Ele tem no Rio um prédio com funcionários, secretárias, telefones e chefes de gabinete que estão lá como se ali fosse o Ministério. Isto precisa ser eliminado".

Outra atitude que o governo precisa tomar, já fora do pacote, no entender de Vellinho, é a redução da idade para aposentadoria, tanto para o setor público como para o setor privado. Ele disse ter ficado "surpreso" com a informação do ministro Aloísio Alves de que, atualmente, dos 550 mil funcionários públicos regidos pelos estatutos do Dasp (Departamento de Administração do Serviço Público), 280 mil são aposentados. "Isto não é possível", observou. "Quebra a Previdência. Nós vamos nos tornar um segundo Uruguai." Vellinho defende a ampliação da idade de aposentadoria para 65 anos e o fim da inatividade no tempo de serviço.

Quanto aos aspectos fiscais do pacote, o empresário considerou "injusta" a retenção do Imposto de Renda dos assalariados, na fonte, acima do limite de 30 ORTN até 1989.